



Concurso Público para provimento de cargos de
Técnico de Atividade Judiciária
Sem Especialidade

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'TA', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

PROVA

Objetiva de Conhecimentos Teóricos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 90 questões, numeradas de 1 a 90.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



GRUPO I

CONHECIMENTOS TEÓRICOS

Português

Atenção: As questões de números 1 a 6 referem-se ao texto abaixo.

Nosso espaço

Já somos mais de 6 bilhões, não contando o milhão e pouco que nasceu desde o começo desta frase. Se fosse um planeta bem administrado isso não assustaria tanto. Mas é, além de tudo, um lugar mal frequentado. Temos a fertilidade de coelhos e o caráter dos chacais, que, como se sabe, são animais sem qualquer espírito de solidariedade. As megacidades, que um dia foram símbolos da felicidade bem distribuída que a ciência e a técnica nos trariam – um helicóptero em cada garagem e caloria sintética para todos, segundo as projeções futuristas de anos atrás –, se transformaram em representações da injustiça sem remédio, cidadelas de privilégio cercadas de miséria, uma réplica exata do mundo feudal, só que com monóxido de carbono.

Nosso futuro é a aglomeração urbana e as sociedades se dividem entre as que se preparam – conscientemente ou não – para um mundo desigual e apertado e as que confiam que as cidadelas resistirão às hordas sem espaço. Os jornais ficaram mais estreitos para economizar papel, mas também porque diminuí a área para a expansão dos cotovelos. Adeus advérbios de modo e frases longas, adeus frivolidades e divagações superficiais como esta. A tendência de tudo feito pelo homem é a diminuição – dos telefones e computadores portáteis aos assentos na classe econômica. O próprio ser humano trata de perder volume, não por razões estéticas ou de saúde, mas para poder caber no mundo.

(Adaptado de Luís Fernando Veríssimo, **O mundo é bárbaro**)

1. Tendo em vista o rápido crescimento populacional, o autor imagina, com seu humor peculiar, que o futuro da humanidade se caracterizará
- (A) pela dispersão das pessoas por áreas até agora pouco povoadas, abandonando os centros urbanos já congestionados.
 - (B) pela inevitável redução do espaço físico de convívio, o que fará da diminuição de tudo uma necessidade geral.
 - (C) por pesados investimentos nas áreas da ciência e da tecnologia, de modo a modernizar e agilizar os meios de comunicação.
 - (D) por uma revolucionária distribuição de renda, sem a qual se renderão as ricas cidadelas às hordas das classes humilhadas.
 - (E) pelo advento das megacidades, em que devem cumprir-se as alentadoras metas futuristas projetadas anos atrás.

2. Os seguintes segmentos estabelecem entre si uma estreita relação, em que um exemplifica e reforça o sentido do outro:

- (A) *um lugar mal frequentado // o caráter dos chacais.*
- (B) *símbolos da felicidade // representações da injustiça.*
- (C) *caloria sintética para todos // aglomeração urbana.*
- (D) *projeções futuristas // cidadelas de privilégio.*
- (E) *um helicóptero em cada garagem // Os jornais ficaram mais estreitos*

3. Deve-se entender que, no contexto, o segmento

- (A) *Se fosse um planeta bem administrado* expressa uma hipótese que quase certamente se confirmará.
- (B) *um lugar mal frequentado* projeta o mundo em que viveremos, caso não se tomem rápidas medidas contra as aglomerações.
- (C) *símbolos da felicidade bem distribuída* alude a projeções fantasiosas que obviamente não se cumpriram com o tempo.
- (D) *as cidadelas resistirão às hordas sem espaço* corresponde a uma projeção otimista do autor do texto.
- (E) *Adeus advérbios de modo* expressa o lamento de um escritor diante do atual desprestígio de um recurso essencial da língua.

4. Atente para as seguintes afirmações:

- I. A palavra *megacidade* é adequada para expressar a aglomeração urbana, tanto quanto *cidadela* é adequada para expressar o pequeno contingente de privilegiados.
- II. Referindo-se ao *Nosso futuro*, o autor antevê que a progressiva falta de espaço só agravará as presentes desigualdades sociais.
- III. Em *adeus frivolidades e divagações superficiais como esta*, o cronista mostra-se um crítico implacável do novo estilo a que os escritores deverão submeter-se.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, apenas.



5. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:

- (A) É cada vez pior como as cidades crescem e a população se aglomeram, vem daí a justa preocupação do cronista.
- (B) No passado, imaginou-se um futuro mais risonho, aonde enfim realizaríamos nossos sonhos, a par dos desequilíbrios sociais.
- (C) O fato é que as cidadelas de privilégio estão cercadas de hordas de miseráveis, daí é que se verifica invasões a todo custo.
- (D) Até mesmo o emagrecimento pessoal acarretaria essa necessidade de espaço, para que todos cabessem num mundo cada vez menor.
- (E) A diminuição física de tudo é uma imposição de nossa época, com cidades superpovoadas, que pouco espaço têm a oferecer.

6. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do **plural** para preencher de modo adequado a lacuna desta frase:

- (A) Será que um dia se (**atingir**) a cifra de imagináveis vinte bilhões de habitantes?
- (B) Infelizmente não (**caber**) aos homens, desde a sua criação, escolher a solidariedade como seu atributo natural.
- (C) Não é difícil imaginar o que nos (**reservar**) o adensamento das aglomerações urbanas.
- (D) Aos jornais se (**impor**) reduzir as páginas, o mesmo ocorrendo com o palavreado de seus articulistas.
- (E) Até mesmo a regime de emagrecimento (**dever**) submeter-se os homens do futuro.

Atenção: As questões de números 7 e 8 referem-se ao texto abaixo.

Mais brasileira, mais tradicional, mais poética, incomparavelmente, é a festa de Nossa Senhora da Glória. O pequeno oiteiro da Glória, com a sua capelinha duas vezes secular, é um dos sítios mais aprazíveis, mais ingenuamente pitorescos da cidade. As velhas casas da encosta cederam lugar a construções modernas. Entretanto a igreja tem tanto caráter na sua simplicidade que ela só e mais uma meia dúzia de palmeiras bastam a guardar a fisionomia tradicional da colina.

(Manuel Bandeira. Fragmento de Crônicas da Província do Brasil. In: **Poesia completa e prosa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, v. único, 1993. p. 449)

7. A articulação sintático-semântica entre as orações do período grifado acima denota relação de

- (A) condição e ressalva.
- (B) consequência e temporalidade.
- (C) causa e consequência.
- (D) fato real e temporalidade.
- (E) constatação e sua causa imediata.

8. ... *ela só e mais uma dúzia de palmeiras bastam a guardar a fisionomia tradicional da colina.*

Iniciando o período acima por **A fisionomia tradicional da colina**, mantêm-se a correção, a lógica e, em linhas gerais, o sentido original, em:

- (A) com seu caráter simples, ainda que baste para a igreja e seu círculo de meia dúzia de palmeiras.
- (B) basta que guarde o caráter de sua simplicidade, além de uma meia dúzia de palmeiras.
- (C) basta simplesmente a ser guardada a igreja, em torno de uma meia dúzia de palmeiras.
- (D) é suficientemente guardada pela simplicidade da igreja, bem como por uma meia dúzia de palmeiras.
- (E) é simplesmente com o caráter de sua simplicidade, que só a igreja e mais uma meia dúzia de palmeiras conseguem.

Atenção: As questões de números 9 a 13 referem-se ao texto abaixo.

Fomos uma geração de bons meninos. E acreditem: em boa parte por causa dos heróis dos quadrinhos. Éramos viciados em gibis. Nosso ideal do bem e mesmo a prática do bem podem ser creditados ao Batman & Cia. tanto quanto ao medo do inferno, aos valores da família e aos ensinamentos da escola. Os heróis eram o exemplo máximo de bravura, doação pessoal e virtude.

Gibis abasteciam de ética o vasto campo da fantasia infantil, sem cobrar pela lição. Não era só por exigência da família, da escola ou da religião que os meninos tinham de ser retos e bons; eles queriam ser retos e bons – como os heróis. Viviam o bem na imaginação, porque o bem era a condição do herói. A lei e a ordem eram a regra dentro da qual transitavam os heróis. Eles eram o lado certo que combatia o lado errado.

Atualmente não sei. Parei de ler gibis, só pego um ou outro da seção nostalgia. Nos anos de 1970 e 80 ainda surgiram heróis interessantes, mas alguns parecem cheios de rancor, como o Wolverine, ou vítimas confusas sem noção de bem e mal, como o Hulk, ou exilados freudianos, como o belo Surfista Prateado, ou presas possíveis da vaidade, como o Homem-Aranha. Complicou-se a simplicidade do bem. Na televisão, os heróis urram, gritam, destroem, torturam, tão estridentes quanto os arqu-inimigos maléficos. Não são simples, e retos, e fortes, e afinados com seus dons, como os heróis clássicos; são complexos, e dramáticos, e ambíguos, como ficou o mundo.

(Fragmento de Ivan Angelo. Meninos e gibis. **Certos homens**. Porto Alegre: Arquipélago, 2011. p.147-9)



<p>9. Ao tratar da leitura de gibis, o autor contrapõe</p> <p>(A) a complexidade das histórias antigas, ainda que o bem sempre triunfasse, ao maniqueísmo dos quadrinhos recentes, em que o que sobressai é a pura maldade.</p> <p>(B) a bondade dos meninos de seu tempo à ausência da prática da virtude no mundo atual, em função da ausência de heróis em que se espelhar.</p> <p>(C) a virtude como aspiração pessoal, despertada pelo exemplo dos heróis, ao dever de praticar o bem, imposto pelas instituições sociais.</p> <p>(D) os heróis dos quadrinhos antigos, voltados para a prática do bem, aos personagens maléficis das histórias surgidas depois dos anos 1970 e 80.</p> <p>(E) o aprendizado que levava à prática do bem, proporcionado pelos quadrinhos, àquele sem nenhum efeito prático, propiciado pelas instituições sociais.</p>	<p>13. O sentido do elemento grifado está expresso adequadamente entre parênteses e em negrito ao final da transcrição em:</p> <p>(A) <i>Viviam o bem na imaginação, <u>porque</u> o bem era a condição do herói. (conquanto)</i></p> <p>(B) <i>Não era <u>só</u> por exigência da família, da escola ou da religião... (inclusive)</i></p> <p>(C) <i>Gibis <u>abasteciam</u> de ética o vasto campo da fantasia infantil... (proviam)</i></p> <p>(D) <i>Parei de ler gibis, só pego um ou outro da seção <u>nostalgia</u>. (antiquário)</i></p> <p>(E) <i>E acreditem: em boa parte <u>por causa</u> dos heróis dos quadrinhos. (à revelia)</i></p>
<p>10. A conclusão expressa no último parágrafo do texto aponta para</p> <p>(A) a constatação da inexistência de heróis de qualquer tipo no mundo atual, tanto na ficção quanto na vida real.</p> <p>(B) o descompasso entre os heróis dos quadrinhos, mesmo os mais recentes, e aqueles que aparecem na televisão.</p> <p>(C) a impossibilidade de separação entre o bem e o mal, seja nas histórias em quadrinhos, seja na vida real.</p> <p>(D) os paralelos que podem ser estabelecidos entre os heróis de ontem e os de hoje, a despeito das diferenças que os separam.</p> <p>(E) a adequação entre a personalidade dos heróis e as características do tempo em que as histórias são criadas.</p>	<p>Atenção: As questões de números 14 a 21 referem-se ao texto abaixo.</p> <p><i>Por mais de três séculos, do início da colonização ao ocaso do Império, a economia do Brasil foi sustentada pelos escravos. Os negros vindos da África trabalharam nas lavouras de cana-de-açúcar e café e nas minas de ouro e diamante. O tráfico negreiro, por si só, era um dos setores mais dinâmicos da economia. Os historiadores estimam que 4 milhões de africanos foram trazidos à força para o Brasil. Desse total, 1 milhão entrou no país pelo Valongo, um cais construído no Rio de Janeiro em 1758 especialmente para receber navios negreiros. Os escravos eram expostos e vendidos em lojas espalhadas pela vizinhança.</i></p>
<p>11. <i>Fomos uma geração de bons meninos.</i></p> <p>O verbo empregado nos mesmos tempo e modo que o grifado acima está em:</p> <p>(A) <i>Nos anos de 1970 e 80 ainda surgiram heróis interessantes...</i></p> <p>(B) <i>Os heróis eram o exemplo máximo de bravura, doação pessoal e virtude.</i></p> <p>(C) <i>Atualmente não sei.</i></p> <p>(D) <i>Gibis abasteciam de ética o vasto campo da fantasia infantil...</i></p> <p>(E) <i>... mas alguns parecem cheios de rancor...</i></p>	<p><i>O Valongo deixou de ser porto negreiro em 1831, quando foi proibida a importação de escravos. Logo foi apagado. Sobre ele, o Império construiu o Cais da Imperatriz, para o desembarque da mulher de D. Pedro II, Teresa Cristina. Mais tarde, a República aterrou aquela zona e a cobriu com ruas e praças. O maior porto de chegada de escravos desapareceu como se nunca tivesse existido.</i></p>
<p>12. Atentando-se para a sintaxe, é correto afirmar:</p> <p>(A) Em <i>A lei e a ordem eram <u>a regra</u></i>, o segmento grifado é complemento verbal de <i>eram</i>.</p> <p>(B) Na frase <i>Na televisão, os heróis urram, gritam, destroem, torturam, tão estridentes quanto <u>os arqu-inimigos maléficis</u></i>, o segmento grifado é complemento verbal dos verbos <i>destroem</i> e <i>torturam</i>.</p> <p>(C) Na frase <i>Éramos viciados em gibis</i>, estamos diante de um sujeito indeterminado.</p> <p>(D) Em <i>Gibis abasteciam <u>de ética</u> o vasto campo da fantasia infantil</i>, o segmento grifado exerce a função de objeto indireto.</p> <p>(E) Na frase <i>Eles eram o lado certo que combatia <u>o lado errado</u></i>, o segmento grifado exerce a função de predicativo do sujeito.</p>	<p><i>Quase dois séculos depois, o Brasil se vê obrigado a encarar novamente um dos cenários mais vergonhosos de sua história. Com o objetivo de embelezar o Rio de Janeiro para os Jogos Olímpicos de 2016, a prefeitura pôs em execução uma ampla reforma da decadente zona portuária. Na varredura do subsolo, exigida pela lei, para impedir que relíquias enterradas sejam perdidas, uma equipe de pesquisadores do Museu Nacional encontrou o piso do Cais do Valongo. As ruínas foram localizadas debaixo de uma praça mal cuidada entre o Morro da Providência, o Elevado da Perimetral e a Praça Mauá.</i></p> <p><i>O Cais do Valongo ficava longe da vista dos cariocas, na periferia da cidade. Antes de sua abertura os navios negreiros desembarcavam sua carga na atual Praça Quinze, no centro do Rio, justamente onde funcionavam as principais repartições públicas da Colônia. Com o tempo, os burocratas começaram a ficar perturbados com as cenas degradantes do mercado de escravos. O cais do centro continuou funcionando depois da criação do Valongo, mas sem mercadoria humana.</i></p> <p>(Ricardo Westin. Veja, 17 de agosto de 2011, p. 126-128, com adaptações)</p>



14. A afirmativa correta é:
- (A) Os fatos são expostos com objetividade, pois o autor se apoia nos resultados das escavações feitas na área de um antigo cais de navios negreiros.
- (B) A decadência da zona portuária do Rio de Janeiro teve seu início na época colonial, devido às condições degradantes do tráfico de escravos.
- (C) A visão degradante dos escravos trazidos pelos navios negreiros tornou-se, na opinião do autor, fator relevante para o fechamento do Cais do Valongo.
- (D) O centro burocrático do Rio de Janeiro, na época da escravidão, se transformou no local de preferência das autoridades para a chegada dos navios negreiros.
- (E) Em meio às informações históricas sobre o assunto tratado, há inclusão de considerações que denotam juízo de valor a respeito de alguns fatos.
-
15. O segmento em que pessoas são associadas a mercadorias está grifado em:
- (A) ... um cais construído no Rio de Janeiro em 1758 especialmente para receber navios negreiros.
- (B) ... eram expostos e vendidos em lojas espalhadas pela vizinhança...
- (C) ... a República aterrou aquela zona.
- (D) ... os navios negreiros desembarcavam sua carga na atual Praça Quinze ...
- (E) ... uma ampla reforma da decadente zona portuária.
-
16. ... justamente onde funcionavam as principais repartições públicas da Colônia.
- O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo em que se encontra o grifado acima está em:
- (A) O tráfico negreiro, por si só, era um dos setores mais dinâmicos da economia.
- (B) O Valongo deixou de ser porto negreiro em 1831 ...
- (C) Os historiadores estimam ...
- (D) ... a prefeitura pôs em execução uma ampla reforma da decadente zona portuária.
- (E) ... os burocratas começaram a ficar perturbados ...
-
17. O verbo que NÃO admite transposição para a voz passiva está em:
- (A) ... a República aterrou aquela zona ...
- (B) O Cais do Valongo ficava longe da vista dos cariocas ...
- (C) ... a prefeitura pôs em execução uma ampla reforma...
- (D) ... uma equipe de pesquisadores do Museu Nacional encontrou o piso do Cais do Valongo.
- (E) ... e a cobriu com ruas e praças.
-
18. Os historiadores estimam que 4 milhões de africanos foram trazidos à força para o Brasil.
- A função sintática do segmento grifado acima é a mesma do segmento também grifado em:
- (A) Os negros vindos da África trabalharam nas lavouras de cana-de-açúcar e café ...
- (B) O Valongo deixou de ser porto negreiro em 1831 ...
- (C) Sobre ele, o Império construiu o Cais da Imperatriz ...
- (D) ... justamente onde funcionavam as principais repartições públicas da Colônia.
- (E) ... os burocratas começaram a ficar perturbados com as cenas degradantes do mercado de escravos.
-
19. Com as alterações propostas entre parênteses para o segmento grifado nas frases abaixo, o verbo que poderá permanecer corretamente empregado **no singular** está em:
- (A) 1 milhão entrou no país pelo Valongo (**1 milhão de escravos**)
- (B) quando foi proibida a importação de escravos (**as atividades escravocratas**)
- (C) o Império construiu o Cais da Imperatriz (**os representantes do Império**)
- (D) O maior porto de chegada de escravos desapareceu (**Os portos**)
- (E) O Valongo deixou de ser porto negreiro em 1831 (**As adjacências do Valongo**)
-
20. O segmento grifado está empregado corretamente em:
- (A) O Cais do Valongo, cujas cenas deprimentes ficaram registros históricos, foi transformado no Cais da Imperatriz.
- (B) A exposição de escravos destinados à venda constituía um espetáculo degradante, onde incomodava as autoridades.
- (C) Os fatos relacionados ao tráfico de escravos durante a época colonial comprovam com que eles eram tratados como animais.
- (D) As pesquisas realizadas com base em documentos da época mostraram as razões por que se construiu o Cais do Valongo.
- (E) Navios negreiros aportavam no Cais do Valongo e ali deixavam os escravos expostos de quem se interessasse.



21. As pinturas da época mostram que os escravos não ficavam acorrentados no Valongo.

Os escravos desembarcavam desnutridos e doentes.

Os escravos desconheciam a nova terra.

Escravos que fugiam e acabavam recapturados eram impiedosamente castigados.

As frases acima estão articuladas com lógica, clareza e correção, sem repetições desnecessárias, em:

(A) Os escravos, que não ficavam acorrentados no Valongo, visto que desembarcavam desnutridos e doentes e ainda desconheciam a nova terra caso fugissem e acabavam recapturados para ser impiedosamente castigados, segundo as pinturas da época.

(B) Os escravos, que desembarcavam desnutridos e doentes, não ficavam acorrentados no Valongo, como mostram as pinturas da época, não só porque desconheciam a nova terra como também porque aqueles que fugiam e acabavam recapturados eram impiedosamente castigados.

(C) Os escravos não ficavam acorrentados no Valongo, pois desembarcados desnutridos e doentes, eles desconheciam a nova terra, além do que, os escravos que fugiam eram impiedosamente castigados conquanto fossem recapturados, é o que mostram as pinturas da época.

(D) Os escravos desembarcavam no Valongo desnutridos e doentes, de acordo com o que se mostra as pinturas da época, onde eles não ficavam acorrentados, e desconheciam a nova terra, tanto que fugiam e acabavam recapturados, sendo impiedosamente castigados.

(E) Segundo as pinturas da época, os escravos não ficavam acorrentados no Valongo e, no entanto, desnutridos e doentes, bem como desconheciam a nova terra, se eles fugiam acabavam recapturados, e ainda mais eram impiedosamente castigados.

Atenção: As questões de números 22 a 25 referem-se ao texto abaixo.

Só me faltam seis meses e 28 dias para estar em condições de me aposentar. Deve fazer pelo menos cinco anos que mantenho este cômputo diário de meu saldo de trabalho. Na verdade, preciso tanto assim do ócio? Digo a mim mesmo que não, que não é do ócio que preciso, mas do direito a trabalhar no que eu quiser. Por exemplo? Jardinagem, quem sabe. É bom como descanso ativo para os domingos, para contrabalançar a vida sedentária e também como defesa secreta contra minha futura e garantida artrite.

(Mário Benedetti. **A trégua**. Trad. de Joana Angelica D'Avila Melo)

22. Atente para as seguintes afirmações:

I. O autor afirma que ao completo ócio da aposentadoria prefere seu trabalho atual, que ele classifica como um *descanso ativo*.

II. Ainda que já há muito tempo venha contando os dias que faltam para aposentar-se, o autor teme não conseguir desfrutar de tamanho benefício.

III. Apesar de manter expectativa em relação à aposentadoria, o autor mostra-se preocupado com os riscos de uma vida sedentária.

Em relação ao texto está correto APENAS o que se afirma em

- (A) I.
(B) II.
(C) III.
(D) I e II.
(E) II e III.

23. Diz o autor que pelo menos cinco anos vem contando os dias para sua aposentadoria (daqui seis meses, segundo seus cálculos), partir da qual pensa em dedicar-se jardinagem.

Completam adequadamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

- (A) há - a - a - à
(B) a - há - a - à
(C) há - a - à - a
(D) a - há - à - à
(E) há - há - a - a

24. Está plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:

- (A) Embora ansioso, por aposentar-se, o autor não parece convicto de que, o ócio lhe fará bem; tanto assim que vez ou outra imagina atividades, que passará a exercer.
- (B) Embora ansioso por aposentar-se o autor, não parece convicto, de que o ócio lhe fará bem, tanto assim que vez ou outra, imagina atividades que passará a exercer.
- (C) Embora ansioso por aposentar-se, o autor, não parece convicto de que o ócio lhe fará bem, tanto assim que, vez ou outra, imagina atividades, que passará a exercer.
- (D) Embora ansioso por aposentar-se, o autor não parece convicto de que o ócio lhe fará bem, tanto assim que, vez ou outra, imagina atividades que passará a exercer.
- (E) Embora ansioso, por aposentar-se, o autor não parece convicto de que o ócio lhe fará bem: tanto assim, que vez ou outra, imagina atividades que passará a exercer.



25. Está adequada a flexão de todos os verbos da frase:
- (A) É possível que ele requera imediatamente sua aposentadoria; otimista, espera que o pedido não lhe seja denegado.
- (B) O autor estaria disposto a trabalhar no que lhe conviesse, depois de aposentado, para assim imunizar-se contra os males do ócio.
- (C) Se o autor manter com disciplina o cômputo diário do que resta para aposentar-se, fará contas pelos próximos seis meses e 28 dias.
- (D) Se nos propormos a trabalhar depois de aposentados, evitaremos os males que costumam acometer os ociosos.
- (E) Os que haverem de se aposentar proximamente serão submissos a uma averiguação, a fim de serem saldadas as dívidas pendentes.

Atenção: As questões de números 26 a 30 referem-se ao texto abaixo.

O dia 12 de outubro de 1822, data da aclamação do imperador Pedro I, amanheceu nublado e chuvoso no Rio de Janeiro. Mas nem a chuva nem as rajadas de vento conseguiram atrapalhar a primeira grande festa cívica do Brasil independente. Logo ao alvorecer, a cidade foi acordada por uma ensurdecadora salva de canhões, disparada das fortalezas situadas na entrada da baía de Guanabara e dos navios de guerra ancorados no porto. As ruas estavam ocupadas pela multidão e das varandas pendiam colchas, toalhas bordadas e outros adereços. Os moradores colocaram suas melhores roupas e saíram às janelas para ver o espetáculo.

(Adaptado de Laurentino Gomes. **1822**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. p. 207)

26. ... a cidade foi acordada por uma ensurdecadora salva de canhões, disparada das fortalezas situadas na entrada da baía de Guanabara e dos navios de guerra ancorados no porto.

Uma redação alternativa para a frase acima, mantendo-se a correção, a lógica e, em linhas gerais, o sentido original, está em:

- (A) Os navios de guerra que estavam ancorados no porto e as fortalezas situadas na entrada da baía de Guanabara dispararam uma ensurdecadora salva de canhões que acordou a cidade.
- (B) Localizados na entrada da baía de Guanabara, as fortalezas e os navios de guerra ancorados no porto dispararam uma ensurdecadora salva de canhões para acordar a cidade.
- (C) A cidade acordou com uma ensurdecadora salva de canhões que os navios de guerra ancorados no porto e as fortalezas na entrada da baía de Guanabara disparou.
- (D) Uma ensurdecadora salva de canhões contra a cidade que acordava, cujos disparos efetuados das fortalezas e navios de guerra, ancorados no porto e na entrada da baía de Guanabara.
- (E) As fortalezas localizadas na entrada da baía de Guanabara, dispararam uma ensurdecadora salva de canhões, junto com os navios de guerra ancorados no porto, que acordaram toda a cidade.

27. Mas nem a chuva nem as rajadas de vento conseguiram atrapalhar a primeira grande festa cívica do Brasil independente.

Reestruturando-se a frase acima de modo a substituir o elemento grifado, aquela em que se mantêm a correção, a lógica e, em linhas gerais, o sentido original é:

- (A) Nem a chuva, nem as rajadas de vento, todavia conseguiram atrapalhar a primeira grande festa cívica do Brasil independente.
- (B) Nem a chuva nem as rajadas de vento conseguiram, contudo, atrapalhar a primeira grande festa cívica do Brasil independente.
- (C) Conquanto nem a chuva nem as rajadas de vento conseguiram atrapalhar a primeira grande festa cívica do Brasil independente.
- (D) Nem a chuva nem as rajadas de vento conseguiram atrapalhar a primeira, porém grande festa cívica do Brasil independente.
- (E) Nem a chuva nem as rajadas de vento entretanto, conseguiram atrapalhar a primeira grande festa cívica do Brasil independente.

28. As ruas estavam ocupadas pela multidão...

A forma verbal resultante da transposição da frase acima para a **voz ativa** é:

- (A) ocupava-se.
- (B) ocupavam.
- (C) ocupou.
- (D) ocupa.
- (E) ocupava.

29. ... das varandas pendiam colchas, toalhas bordadas e outros adereços.

O segmento grifado exerce na frase acima a função de

- (A) sujeito.
- (B) objeto direto.
- (C) objeto indireto.
- (D) adjunto adverbial.
- (E) adjunto adnominal.



30. Considerando-se o emprego da crase e as regras de concordância, estão corretas as frases que se encontram em:

- (A) Ao chegar ao Campo de Santana, D. Pedro foi recebido com entusiasmo pela multidão, que atiravam flores à ele. Esse e outros eventos relacionados à independência do Brasil foi registrado pelo pintor Jean-Baptiste Debret.
- (B) Ao chegar ao Campo de Santana, D. Pedro foi recebido com entusiasmo pela multidão, que atirava flores à ele. Esse e outros eventos relacionado à independência do Brasil foi registrado pelo pintor Jean-Baptiste Debret.
- (C) Ao chegar ao Campo de Santana, D. Pedro foi recebido com entusiasmo pela multidão, que atiravam flores a ele. Esse e outros eventos relacionados a independência do Brasil foi registrado pelo pintor Jean-Baptiste Debret.
- (D) Ao chegar ao Campo de Santana, D. Pedro foi recebido com entusiasmo pela multidão, que atirava flores a ele. Esse e outros eventos relacionados à independência do Brasil foram registrados pelo pintor Jean-Baptiste Debret.
- (E) Ao chegar ao Campo de Santana, D. Pedro foi recebido com entusiasmo pela multidão, que atirava flores à ele. Esse e outros eventos relacionados a independência do Brasil foram registrados pelo pintor Jean-Baptiste Debret.

Informática

31. Com relação às pastas e arquivos em um computador com o sistema operacional *Microsoft Windows XP Professional* e *Microsoft Windows 7*, é correto afirmar que:

- (A) arquivos que estão ocultos no disco rígido do computador nunca poderão ser visualizados.
- (B) pode haver dois ou mais arquivos com nome e extensão idênticos na mesma pasta.
- (C) arquivos excluídos do disco rígido por meio do pressionamento das teclas *SHIFT + DELETE* não irão para a lixeira.
- (D) os arquivos de uma pasta podem ser classificados e exibidos apenas por nome.
- (E) todos os arquivos que fazem parte do sistema operacional não podem ser movidos nem excluídos.

32. Para remover um *software* instalado corretamente em um computador com o *Microsoft Windows 7* por meio de uma ferramenta de instalação padrão (por exemplo, *setup.exe*), o procedimento correto é:

- (A) Ir até a pasta onde o *software* foi instalado no HD (normalmente na pasta Arquivos de Programas), selecionar a pasta com o nome do *software* e pressionar a tecla *DELETE*.
- (B) Ir até o Painel de Controle, configurar a exibição das opções por categoria e, na categoria Programas, selecionar a opção Desinstalar um programa.
- (C) Clicar no Menu Iniciar e selecionar a opção Desinstalar Programas e Recursos.
- (D) Selecionar a pasta onde o programa foi instalado no HD, clicar com o botão direito do mouse sobre a pasta e selecionar a opção Desinstalar Programa.
- (E) Selecionar a pasta onde o programa foi instalado no HD e pressionar a tecla *DELETE*. Em seguida, abrir o Painel de Controle e selecionar a opção Desinstalar Programas.

33. A planilha a seguir foi desenvolvida utilizando-se o *Microsoft Office Excel 2007* em português.

	A	B	C	D
1	Controle de Notas			
2	Aluno	1a. Nota	2a. Nota	Resultado
3	Ana Luiza	4,0	10,0	7,0
4	Pedro Henrique	10,0	9,5	9,8
5	Iracema	8,0	3,0	5,5

Para colocar os valores menores do que 5,0 contidos no intervalo de células B3 à D5 com letra na cor vermelha, seleciona-se o intervalo citado e, na guia

- (A) Início, clica-se em Formatação Condicional.
- (B) Dados, clica-se em Validação de Dados.
- (C) Dados, clica-se em Definir Condições para Formatação.
- (D) Exibição, clica-se em Formatar Células.
- (E) Início, clica-se em Validação de Dados.

34. No *Microsoft Office PowerPoint*, é o slide principal em uma hierarquia de slides que armazena todas as informações sobre o tema e os layouts de slide de uma apresentação, inclusive o plano de fundo, a cor, as fontes, os efeitos, os tamanhos de espaços reservados e o posicionamento. Cada apresentação contém pelo menos um slide desse tipo. Ao usar esse tipo de slide, economiza-se bastante tempo, já que não é necessário digitar as mesmas informações em mais de um slide da apresentação.

O texto fala de um tipo de *slide* conhecido como *slide*

- (A) raiz.
- (B) *main*.
- (C) mestre.
- (D) *body*.
- (E) *layer*.

35. Sobre a tecnologia USB é correto afirmar:

- (A) O sistema operacional não pode reconhecer automaticamente o dispositivo USB, pois cada dispositivo demanda um *driver* específico.
- (B) Cada porta USB pode conectar apenas 1 dispositivo, mesmo que se utilize um *hub USB*.
- (C) Na tecnologia USB, o dispositivo não pode receber energia elétrica por meio do cabo de comunicação, necessitando de fonte de energia própria.
- (D) O padrão USB é compatível apenas com o *Microsoft Windows*.
- (E) Dispositivos USB podem ser conectados e utilizados sem que se precise reiniciar o computador.

**GRUPO II****Noções de Direito Administrativo**

36. A determinado servidor público está sendo imputada a prática de infração disciplinar, estando em curso processo administrativo para apuração e decisão. O processo administrativo foi instaurado com base em denúncia cujo teor o servidor público desconhece. A ele é garantido, com base no disposto na Lei Federal nº 9.784/99, que regula o processo administrativo federal,

- (A) aguardar o término da fase de instrução para obtenção de cópias dos documentos que embasam a acusação.
- (B) ter ciência do processo administrativo e do teor dos documentos nele juntados, sendo-lhe vedado, contudo, a extração de cópias, em razão do sigilo necessário à preservação do anonimato do denunciante.
- (C) apresentar defesa oral logo após tomar ciência do teor da acusação, o que se dá na mesma oportunidade em que for ouvido sobre a prática da infração.
- (D) ter vista dos autos, obter cópias de documentos neles contidos e conhecer as decisões proferidas.
- (E) obter cópias dos documentos que embasam a acusação somente após a decisão administrativa, podendo, no entanto, apresentar recurso para impugnar as provas obtidas na fase de instrução.

37. O processo administrativo difere do processo judicial, dentre outras características, porque

- (A) depende de provocação do interessado ou de qualquer administrado, vedado o impulso oficial para sua instauração.
- (B) permite sempre sua instauração por iniciativa da Administração, independentemente de provocação do interessado.
- (C) é vedada a apresentação de recurso, salvo se o interessado não tiver tido ciência da documentação que embasou a decisão.
- (D) independe de provocação do interessado para sua instauração quando se tratar de processo disciplinar.
- (E) permite o acompanhamento da instrução processual e a defesa oral, vedada apenas a apresentação de manifestação escrita a respeito dos documentos juntados aos autos.

38. O procedimento é, na definição de Maria Sylvia Zanella di Pietro, *o conjunto de formalidades que devem ser observadas para a prática de certos atos administrativos; equivale a rito, a forma de proceder; o procedimento se desenvolve dentro de um processo administrativo.*

Em relação ao procedimento, é correto afirmar que

- (A) se processa discricionariamente, sem formalidades ou princípios rígidos, o que é exclusividade do processo judicial.
- (B) é rígido e envolve a aplicação dos princípios que o informam apenas nos casos de processo disciplinar.
- (C) compreende pelo menos as fases de instauração e de decisão, sendo a instrução necessária ou não, conforme a gravidade de seu objeto.
- (D) é uniforme e expressamente previsto em lei para todos os casos, não só para os processos que envolvam o interesse público.
- (E) a inobservância dos atos previstos em lei e dos princípios que informam o processo administrativo macula de vício a decisão da Administração.

39. De acordo com a Constituição Federal, a acumulação de um cargo remunerado de magistrado com outro cargo remunerado de professor é

- (A) vedada, tendo em vista que a natureza da primeira ocupação não está contemplada na previsão constitucional.
- (B) permitida, desde que haja compatibilidade de horário e que um dos cargos seja em comissão.
- (C) vedada, pois configuraria infração à norma constitucional que instituiu o teto remuneratório para o funcionalismo público.
- (D) permitida, observadas as normas constitucionais que disciplinam o teto da remuneração mensal dos servidores públicos e a compatibilidade de horário.
- (E) permitida, desde que um dos cargos tenha sido preenchido antes da vigência da Emenda Constitucional 19/98.

40. No curso do processo disciplinar a autoridade poderá determinar, com fundamento na Lei Federal nº 8.112/90,

- (A) a disponibilidade do servidor, mantida sua remuneração até o final do processo.
- (B) a suspensão do servidor, com prejuízo de sua remuneração, que poderá ser paga caso a decisão seja favorável ao servidor.
- (C) o licenciamento do servidor, mantida sua remuneração até o final do processo, caso não se trate de infração de natureza grave.
- (D) a transferência do servidor para outra unidade, a fim de que não interfira na apuração dos fatos.
- (E) o afastamento do servidor, a fim de que não venha influir na apuração da irregularidade.

Noções de Direito Constitucional

41. No curso de uma investigação criminal, a autoridade policial competente encontra indícios de que bens furtados há um ano de uma repartição pública estejam guardados na residência dos pais de um dos investigados. A autoridade policial dirige-se, então, ao imóvel, durante o dia, onde, sem o consentimento dos moradores e independentemente de determinação judicial, efetua busca que resulta na localização dos bens furtados.

Nessa hipótese, considerada a disciplina constitucional dos direitos e garantias fundamentais, a prova em questão

- (A) seria inadmissível, no processo, caso os bens furtados fossem de propriedade particular, mas, por se tratar de bens públicos, poderá a prova ser utilizada, estando a autoridade policial legitimada a efetuar a busca, mesmo sem determinação judicial.
- (B) seria admissível, no processo, se os bens houvessem sido encontrados na casa do investigado, e não de terceiros.
- (C) será inadmissível, no processo, por ter sido obtida de maneira ilícita.
- (D) seria admissível, no processo, se a busca houvesse sido realizada mediante determinação judicial, caso em que poderia ter sido efetuada a qualquer hora do dia.
- (E) será admissível no processo, por atender às exigências constitucionais do devido processo legal.



42. No ano de 2010, realizou-se no Município de Porto Velho, em Rondônia, uma consulta plebiscitária sobre a criação do Município de Extrema de Rondônia, na região então conhecida como Ponta do Abunã, que abrange quatro distritos da capital do Estado. O resultado do plebiscito foi favorável à criação do novo Município.

Considerada a disciplina constitucional da matéria, para a criação do Município de Extrema de Rondônia,

- (A) já foi preenchido o único requisito estabelecido pela Constituição relativamente à criação, incorporação, fusão e ao desmembramento de Municípios.
- (B) devem ter sido divulgados Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei, antes da realização do plebiscito, devendo a criação ser feita por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal.
- (C) é necessário que haja, além da realização da consulta plebiscitária à população do Município interessado, aprovação do Congresso Nacional, mediante lei complementar.
- (D) deve ocorrer nova consulta plebiscitária, envolvendo o restante da população do Estado, e, caso o resultado seja favorável à criação do Município, ser editada lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal.
- (E) é necessária a divulgação de Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei, após a realização do plebiscito, considerando-se criado o Município se lei complementar federal aprovar o resultado dos estudos.

43. Órgão da administração direta estadual realiza concurso público para o preenchimento de cinquenta cargos de seu quadro de pessoal, sendo o prazo de validade do concurso de dois anos, prorrogável uma vez por igual período. Trinta candidatos são aprovados, mas apenas quinze são convocados para assumir os cargos nos dois primeiros anos. O concurso tem sua validade prorrogada, mas, passado um ano, ninguém mais é convocado, a despeito de ainda haver necessidade de preenchimento da totalidade das vagas remanescentes.

Nessa hipótese, o órgão da administração

- (A) estará impedido de realizar novo concurso, para o preenchimento das vagas remanescentes, enquanto ainda for válido o concurso anterior.
- (B) poderá realizar novo concurso, para o preenchimento das vagas remanescentes, mesmo durante o prazo de validade do concurso anterior, mas deverá dar prioridade aos aprovados naquele, sobre novos concursados, para assumirem os cargos.
- (C) deverá aguardar o decurso do prazo de validade do concurso anterior, para realização de novo concurso, não estando obrigado, contudo, a convocar os então aprovados para assumirem os cargos.
- (D) estará impedido de realizar novo concurso, para o preenchimento das vagas remanescentes, enquanto ainda houver aprovados em concurso não convocados para assumirem os cargos.
- (E) poderá realizar novo concurso, para o preenchimento das vagas remanescentes, a qualquer momento, não estando obrigado a convocar os aprovados no concurso anterior para assumirem os cargos.

44. Dois irmãos são membros do Ministério Público estadual desde 2006, em virtude de aprovação em concurso público para ingresso na carreira. O mais velho, no exercício da função, prestou concurso para professor efetivo de Universidade pública, em que logrou ser aprovado; o mais novo, a seu turno, recebeu convite para filiar-se a partido político cuja principal bandeira é a defesa da ordem jurídica e do Estado Democrático de Direito.

Consideradas as normas da Constituição da República aplicáveis ao caso, o irmão mais velho

- (A) perderá o cargo no Ministério Público, se assumir o de professor na Universidade pública, assim como o mais novo perderá o cargo, caso se filie ao partido político.
- (B) poderá exercer cumulativamente as funções no Ministério Público e de magistério público, assim como o mais novo poderá filiar-se ao partido, cuja bandeira é compatível com o exercício de suas funções.
- (C) perderá o cargo no Ministério Público, se assumir o de professor na Universidade pública, mas o mais novo poderá filiar-se ao partido, cuja bandeira é compatível com o exercício de suas funções.
- (D) poderá exercer cumulativamente as funções no Ministério Público e de magistério público, mas o mais novo não poderá filiar-se ao partido político.
- (E) será colocado em disponibilidade no Ministério Público, se assumir o cargo de professor na Universidade pública, assim como o mais novo, caso este se filie ao partido político.

45. Com o objetivo de aproximar a Justiça estadual do jurisdicionado, a Constituição da República autoriza o Tribunal de Justiça a:

- I. funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, de forma a assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo.
- II. instalar a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções da atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários.
- III. propor a criação de varas especializadas, com competência exclusiva para questões agrárias, para dirimir conflitos fundiários, podendo o juiz fazer-se presente no local do litígio, sempre que necessário à eficiente prestação jurisdicional.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.



Noções de Direito Processual Civil

46. São formas previstas processualmente de composição de litígios:

- (A) o desconto em folha de pensão alimentícia, a tutela jurisdicional estatal e a autocomposição, excluída a autotutela.
- (B) a reclamação administrativa junto ao Procon, a tutela jurisdicional estatal e a autotutela, excluída a autocomposição.
- (C) a tutela jurisdicional por meio do Judiciário, a autotutela e a autocomposição, que inclui a transação.
- (D) o desconto em folha do imposto de renda por parte da Receita Federal, a reclamação junto ao Procon e a tutela jurisdicional do Estado, apenas.
- (E) o linchamento do agressor, a autotutela e a autocomposição.

47. São condições da ação:

- (A) a capacidade para estar em Juízo e o uso e gozo dos direitos da cidadania.
- (B) ser o autor maior e capaz, ser titular do direito e estar representado por advogado.
- (C) o pagamento das custas do processo e a capacidade postulatória.
- (D) a possibilidade jurídica do pedido, o interesse de agir e a representação por advogado que tenha procuração nos autos.
- (E) a legitimidade para a causa, o interesse de agir e a possibilidade jurídica do pedido.

48. Diz a lei processual civil que a parte será representada em juízo por advogado legalmente habilitado. São exceções a essa regra:

- (A) as ações de direito de família em que a própria parte for a vítima.
- (B) a postulação em causa própria, quando a parte tiver habilitação legal ou, não a tendo, no caso de falta de advogado no lugar, de recusa ou impedimento dos que houver.
- (C) as causas que devam ser propostas nas férias forenses.
- (D) a postulação por meio de rúbulas, se não houver advogado no lugar, e todas as ações relativas a relações de consumo.
- (E) a postulação em causa própria, as relações de consumo e as ações para defesa da posse.

49. Considerada a responsabilidade por dano processual, será reputado litigante de má-fé aquele que

- (A) faltar com o dever de urbanidade para com a parte adversa.
- (B) deixar de recorrer no momento processual adequado.
- (C) deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso.
- (D) ofender o juiz da causa ou o advogado da parte contrária.
- (E) propuser a demanda por advogado que não tenha procuração nos autos.

50. No tocante à representação e habilitação processuais,

- (A) a parte, que revogar o mandato outorgado a seu advogado, no mesmo ato constituirá outro que assumo o patrocínio da causa.
- (B) o advogado poderá renunciar ao mandato que lhe foi outorgado, desde que autorizado no processo pelo juiz da causa.
- (C) ocorrendo a morte de qualquer das partes, o processo será automaticamente extinto sem resolução de mérito.
- (D) a substituição voluntária das partes é sempre vedada pela lei processual civil.
- (E) iniciado o processo e citada a parte contrária, o autor não poderá mais revogar o mandato de seu advogado.

51. Compete ao juiz em sua atuação no processo civil:

- (A) intervir somente nas causas em que há interesse de incapazes.
- (B) assegurar às partes igualdade de tratamento, velar pela rápida solução do litígio e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da Justiça.
- (C) redigir, em forma legal, os ofícios, mandados, cartas precatórias e demais atos que pertencem ao seu ofício.
- (D) ter, sob sua guarda e responsabilidade, os autos, não permitindo como regra que saiam de cartório.
- (E) fazer pessoalmente as citações, prisões, penhoras, arrestos e demais diligências próprias de seu ofício.

52. Quanto aos atos e termos processuais,

- (A) não dependem de forma determinada, senão quando a lei expressamente a exigir.
- (B) reputam-se nulos os que forem realizados de outro modo, atingindo ou não sua finalidade essencial.
- (C) podem ser produzidos, transmitidos, armazenados e assinados por qualquer meio mecânico, excluídos os meios eletrônicos por ausência de previsão legal.
- (D) correm em regra em segredo de justiça, tornando-se públicos se o juiz autorizar expressamente a publicidade, devidamente justificada.
- (E) o uso do vernáculo é facultativo, podendo ser utilizada língua estrangeira nos autos se for do conhecimento pessoal do juiz da causa e das partes.



<p>53. No que se refere aos prazos processuais,</p> <p>(A) começam a correr no mesmo dia da intimação pela imprensa oficial.</p> <p>(B) são eles contínuos, interrompendo-se porém nos feriados.</p> <p>(C) podem as partes, de comum acordo, reduzir ou prorrogar os prazos peremptórios.</p> <p>(D) como regra, contam-se incluindo o dia do começo e excluindo o do vencimento.</p> <p>(E) podem as partes, de comum acordo, reduzir ou prorrogar o prazo dilatatório, desde que a convenção seja requerida antes do vencimento do prazo e se fundar em motivo legítimo.</p>	<p>57. Quanto à resposta do réu,</p> <p>(A) se não for oferecida contestação, reputar-se-á verdadeiro o direito afirmado pelo autor.</p> <p>(B) uma vez oferecida a contestação, será sempre vedado deduzir novas alegações.</p> <p>(C) a contestação e a reconvenção são oferecidas na mesma peça, sendo julgadas por sentenças diferentes.</p> <p>(D) a impugnação aos fatos pode ser apresentada gradualmente no processo, até o oferecimento das alegações finais pelas partes.</p> <p>(E) são suas espécies, dirigidas ao juiz da causa, a contestação, exceção e reconvenção.</p>
<p>54. Em relação ao ato processual de citação do réu,</p> <p>(A) far-se-á pelo correio, por oficial de justiça, por edital ou por meio eletrônico, conforme regulado em lei própria.</p> <p>(B) o comparecimento espontâneo do réu não supre a falta de citação, por se tratar de ato formal.</p> <p>(C) deve ser efetuado sempre pessoalmente ao réu, sem exceções.</p> <p>(D) nunca poderá ser efetuado por quem estiver assistindo a um ato de culto religioso.</p> <p>(E) em comarcas menores, poderá ser feito verbalmente pelo oficial de justiça, se o réu for pessoa conhecida.</p>	<p>58. No que diz respeito à audiência,</p> <p>(A) o juiz exerce o poder de polícia, competindo-lhe manter a ordem e o decoro em seu curso, bem como requisitar força policial, se necessário.</p> <p>(B) as perguntas às partes e às testemunhas são dirigidas diretamente pelos advogados das partes, sem interferência do juiz.</p> <p>(C) trata-se de ato realizado a portas fechadas, excepcionalmente podendo o juiz deferir-lhe a publicidade.</p> <p>(D) a conciliação das partes só é tentada nas causas relativas a direitos patrimoniais de caráter privado.</p> <p>(E) ao deporem as partes, o perito, assistentes técnicos e as testemunhas, os advogados podem intervir ou apartear livremente, independente de licença do juiz da causa.</p>
<p>55. No que se refere à formação e extinção do processo,</p> <p>(A) o pedido ou a causa de pedir são sempre imutáveis.</p> <p>(B) considera-se proposta a ação com a citação válida do réu.</p> <p>(C) será extinto pela perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador.</p> <p>(D) forma-se por iniciativa da parte, mas se desenvolve por impulso oficial.</p> <p>(E) apenas às causas que tenham conteúdo econômico imediato será atribuído um valor.</p>	<p>59. Em relação à sentença,</p> <p>(A) é defeso ao juiz proferir sentença em objeto diverso do que foi pedido contra o réu, mas poderá condená-lo em quantidade superior ou em natureza diversa ao que foi pleiteado.</p> <p>(B) o juiz poderá proferir sentença ilíquida, mesmo que o autor tenha formulado pedido certo.</p> <p>(C) o juiz poderá decidir em forma concisa nos casos de extinção do processo sem resolução do mérito.</p> <p>(D) o juiz a proferirá rejeitando ou acolhendo, sempre totalmente, o pedido formulado pelo autor.</p> <p>(E) deve ela conter sempre o dispositivo, não sendo necessários o relatório e os fundamentos em certas hipóteses legais.</p>
<p>56. Em relação ao pedido no processo civil,</p> <p>(A) é defesa a cumulação de vários pedidos, contra o mesmo réu, num único processo.</p> <p>(B) os documentos indispensáveis à propositura da ação devem ser anexados aos autos até a audiência de instrução e julgamento.</p> <p>(C) o pedido contido na petição inicial deve ser sempre certo, nunca se admitindo pedido genérico.</p> <p>(D) se a petição inicial não preencher os requisitos legais exigidos, ou se apresentar defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento do mérito, o juiz determinará que seja emendada ou completada no prazo de dez dias.</p> <p>(E) os pedidos são interpretados ampliativamente, excluídos os jurois legais.</p>	<p>60. No tocante à apelação:</p> <p>(A) é cabível sua interposição de sentenças e de decisões interlocutórias.</p> <p>(B) será sempre recebida nos efeitos devolutivo e suspensivo, obstando pois a execução provisória do julgado.</p> <p>(C) seu preparo será oferecido perante o tribunal que a julgar.</p> <p>(D) nos casos de extinção do processo sem julgamento do mérito, o tribunal pode desde logo julgar a lide, se a causa versar questão exclusivamente de direito e estiver em condições de julgamento imediato.</p> <p>(E) trata-se de recurso interposto diretamente ao tribunal competente.</p>



Noções de Direito Processual Penal	
<p>61. A lei processual penal</p> <p>(A) é retroativa.</p> <p>(B) não admite interpretação extensiva.</p> <p>(C) tem aplicação imediata, prejudicada a validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.</p> <p>(D) admite aplicação analógica.</p> <p>(E) tem aplicação apenas no Estado em que editada.</p>	<p>67. Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado,</p> <p>(A) o processo seguirá sem a sua presença.</p> <p>(B) ficará suspenso o curso do processo, mas não o do prazo prescricional.</p> <p>(C) ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, não podendo o juiz determinar a produção antecipada de provas consideradas urgentes.</p> <p>(D) ficará suspenso o prazo prescricional, mas não o curso do processo.</p> <p>(E) ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz, se for o caso, decretar a prisão preventiva.</p>
<p>62. Estando o indiciado preso, o prazo para encerramento do inquérito policial é de</p> <p>(A) quinze dias.</p> <p>(B) trinta dias.</p> <p>(C) vinte dias.</p> <p>(D) cinco dias.</p> <p>(E) dez dias.</p>	<p>68. Será pessoal a intimação do</p> <p>(A) assistente do Ministério Público e do advogado nomeado.</p> <p>(B) defensor nomeado e do Ministério Público.</p> <p>(C) advogado constituído e do assistente do Ministério Público.</p> <p>(D) advogado do querelante e do defensor nomeado.</p> <p>(E) Ministério Público e do advogado constituído.</p>
<p>63. Nos crimes de ação privada, o inquérito policial será iniciado</p> <p>(A) por requisição da autoridade judiciária.</p> <p>(B) mediante requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.</p> <p>(C) de ofício.</p> <p>(D) mediante requerimento do Ministério Público.</p> <p>(E) mediante requerimento de qualquer pessoa do povo.</p>	<p>69. Ao proferir a sentença condenatória, o juiz</p> <p>(A) não poderá reconhecer circunstância agravante nos crimes de ação pública, se não alegada.</p> <p>(B) não precisa decidir, fundamentadamente, sobre a manutenção de prisão preventiva.</p> <p>(C) pode decretar a prisão preventiva do acusado, circunstância que prejudica o conhecimento da apelação que vier a ser interposta, enquanto não efetivada a constringão.</p> <p>(D) não pode fixar valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração.</p> <p>(E) pode desconsiderar manifestação do Ministério Público pela absolvição.</p>
<p>64. Nos crimes de ação penal pública condicionada, a representação é</p> <p>(A) sempre irretratável.</p> <p>(B) retratável até o trânsito em julgado da decisão condenatória.</p> <p>(C) retratável até o oferecimento da denúncia.</p> <p>(D) retratável até a prolação da sentença.</p> <p>(E) retratável até o recebimento da denúncia.</p>	<p>70. No procedimento comum ordinário, a acusação e a defesa poderão arrolar cada qual até</p> <p>(A) dez testemunhas.</p> <p>(B) três testemunhas.</p> <p>(C) oito testemunhas.</p> <p>(D) cinco testemunhas.</p> <p>(E) seis testemunhas.</p>
<p>65. Na ação penal privada, se o querelante deixar de promover o andamento do processo durante trinta dias seguidos ocorrerá</p> <p>(A) perempção.</p> <p>(B) decadência.</p> <p>(C) prescrição.</p> <p>(D) renúncia.</p> <p>(E) perdão.</p>	<p>71. No procedimento relativo aos processos de competência do Tribunal do Júri, o juiz, fundamentadamente, impronunciará o acusado quando</p> <p>(A) provado não ser ele o autor ou partícipe do fato.</p> <p>(B) o fato não constituir infração penal.</p> <p>(C) demonstrada causa de exclusão do crime.</p> <p>(D) provada a inexistência do fato.</p> <p>(E) não se convencer da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação.</p>
<p>66. No que toca à assistência da acusação, é correto afirmar que</p> <p>(A) o ofendido poderá intervir como assistente do Ministério Público enquanto não passar em julgado a sentença e receberá a causa no estado em que se achar.</p> <p>(B) o corréu poderá intervir como assistente do Ministério Público.</p> <p>(C) o Ministério Público não será ouvido previamente sobre a admissão do assistente.</p> <p>(D) do despacho que admitir o assistente caberá recurso de apelação.</p> <p>(E) não será permitido ao assistente propor meios de prova ou requerer perguntas às testemunhas.</p>	



72. Nas comarcas com mais de 1.000.000 (um milhão) de habitantes, o presidente do Tribunal do Júri alistará de

- (A) 800 (oitocentos) a 1.500 (mil e quinhentos) jurados.
- (B) 500 (quinhentos) a 2.000 (dois) mil jurados.
- (C) 400 (quatrocentos) a 800 (oitocentos) jurados.
- (D) 300 (trezentos) a 700 (setecentos) jurados.
- (E) 80 (oitenta) a 400 (quatrocentos) jurados.

73. NÃO estão isentos do serviço do júri os

- (A) membros da Defensoria Pública.
- (B) servidores do Ministério Público.
- (C) cidadãos maiores de 60 (sessenta) e menores de 70 (setenta) anos que requeiram sua dispensa.
- (D) servidores da polícia.
- (E) militares em serviço ativo.

74. O Tribunal de Júri é composto por 01 (um) juiz togado e por

- (A) 20 (vinte) jurados que serão sorteados dentre os alistados, 05 (cinco) dos quais constituirão o Conselho de Sentença em cada sessão de julgamento.
- (B) 20 (vinte) jurados que serão sorteados dentre os alistados, 07 (sete) dos quais constituirão o Conselho de Sentença em cada sessão de julgamento.
- (C) 25 (vinte e cinco) jurados que serão escolhidos pelo presidente dentre os alistados, 05 (cinco) dos quais constituirão o Conselho de Sentença em cada sessão de julgamento.
- (D) 25 (vinte e cinco) jurados que serão sorteados dentre os alistados, 07 (sete) dos quais constituirão o Conselho de Sentença em cada sessão de julgamento.
- (E) 25 (vinte e cinco) jurados que serão escolhidos pelo presidente dentre os alistados, 07 (sete) dos quais constituirão o Conselho de Sentença em cada sessão de julgamento.

75. No procedimento relativo às infrações de menor potencial ofensivo, a apelação

- (A) será julgada pelo Tribunal de Justiça.
- (B) deverá ser interposta no prazo de 05 (cinco) dias.
- (C) não precisa vir acompanhada de razões, dispondo o recorrente de 08 (oito) dias para apresentá-la, após o recebimento da inconformidade.
- (D) deverá ser interposta no prazo de 10 (dez) dias, intimando-se a seguir o recorrido para oferecer resposta escrita no mesmo prazo.
- (E) será julgada independentemente de intimação das partes para a sessão de julgamento.

GRUPO III

Legislação

Atenção: As questões de números 76 a 80 referem-se a Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

76. Dafne, advogada recém-formada, está com dificuldades no recolhimento de custas judiciais do processo X, tendo em vista a paralisação parcial da instituição bancária. Neste caso, Dafne deverá

- (A) proceder ao recolhimento no primeiro dia de normalização do serviço.
- (B) recolher diretamente nas secretarias das respectivas Varas, entregando a remuneração devida ao escrivão responsável.
- (C) proceder ao recolhimento até o quinto dia útil após a normalização do serviço.
- (D) recolher diretamente no setor administrativo do Tribunal de Justiça, entregando a remuneração devida ao servidor hierarquicamente superior, que deverá proceder com o respectivo protocolo.
- (E) proceder ao recolhimento até o quinto dia após a normalização do serviço.

77. Fernanda, funcionária pública do Tribunal de Justiça, recém empossada, está com dificuldades em efetuar a autuação e a formação dos autos dos processos. Seu superior hierárquico explicou que

- (A) os autos, em regra, não excederão 150 folhas em cada volume, sendo que, quando ultrapassar esta numeração, ocorrerá a abertura de novo volume que obedecerá a ordem cronológica.
- (B) o desentranhamento de peças dos autos induz a renumeração do processo, que deverá seguir a ordem cronológica.
- (C) o encerramento e a abertura de novo volume serão efetuados mediante lavratura dos respectivos termos, em folhas suplementares e sem remuneração, que retomará a sequência do volume encerrado.
- (D) na restauração de autos será usada obrigatoriamente a cor amarela na capa dos autos, independentemente da cor originária.
- (E) eventuais alterações de partes e seus advogados que ocorram no curso do processo deverão ser anotadas obrigatoriamente na contracapa dos autos, evitando-se rasuras na capa.

78. No tocante à Administração Interna, os lançamentos de conclusão e preparo dos atos necessários ao cumprimento das diligências é atribuição básica, dentre as equipes de processamento integrado das serventias, da equipe

- (A) jurídica.
- (B) de preparação administrativa.
- (C) de digitação.
- (D) normativa.
- (E) de diligências.



<p>79. Considere:</p> <p>I. Nome do Juiz.</p> <p>II. Nome das partes e dos respectivos advogados.</p> <p>III. Nome e assinatura do servidor.</p> <p>IV. Matrícula do servidor.</p> <p>O termo de conclusão mencionará, além da data e do número do feito, os itens indicados APENAS em</p> <p>(A) I, III e IV.</p> <p>(B) I, II e III.</p> <p>(C) II, III e IV.</p> <p>(D) II e IV.</p> <p>(E) I e III.</p>	<p>82. Considere hipoteticamente que o Tribunal de Justiça pretende alterar o número de seus membros. Atendendo aos requisitos legais, a alteração do número de membros do referido Tribunal depende de proposta do</p> <p>(A) Corregedor Geral da Justiça, exclusivamente.</p> <p>(B) Conselho da Magistratura.</p> <p>(C) Presidente do Tribunal, exclusivamente.</p> <p>(D) Órgão Especial.</p> <p>(E) Presidente do Tribunal em conjunto com o Corregedor-Geral da Justiça.</p>
<p>80. Mariana é servidora pública do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Após o devido cumprimento de uma carta precatória eletrônica, tendo em vista tratar-se do Juízo deprecado, Mariana digitalizou todas as peças geradas durante o cumprimento da ordem para restituição, também pelo sistema informatizado, ao Juízo deprecante. Porém, depois da digitalização, Mariana ficou com dúvidas a respeito do que fazer com as peças físicas. As peças físicas referidas serão</p> <p>(A) mantidas pelo prazo de cento e oitenta dias a contar da data do seu envio e, decorrido este prazo, os documentos serão descartados.</p> <p>(B) mantidas pelo prazo de trinta dias a contar da sua digitalização e, decorrido este prazo, os documentos serão descartados.</p> <p>(C) imediatamente descartadas em razão da oficialidade conferida por lei aos documentos eletrônicos.</p> <p>(D) serão mantidas pelo prazo de noventa dias a contar da sua digitalização e, decorrido este prazo, os documentos serão descartados.</p> <p>(E) mantidas pelo prazo de quinze dias em cartório, sendo posteriormente enviadas ao arquivo geral, obedecendo a numeração original.</p>	<p>83. Lindoval foi nomeado, no Tribunal de Justiça, Corregedor-Geral da Justiça e, sendo assim, em razão de seu cargo, visitará, em correição</p> <p>(A) ordinária, pelo menos sete comarcas.</p> <p>(B) ordinária, pelo menos três comarcas.</p> <p>(C) ordinária, pelo menos dez comarcas.</p> <p>(D) extraordinária, pelo menos cinco comarcas.</p> <p>(E) extraordinária, pelo menos sete comarcas.</p>
<p><u>Atenção:</u> As questões de números 81 a 86 referem-se ao Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro.</p> <p>81. A comarca X do Rio de Janeiro possui população de oitenta mil habitantes, sendo vinte e cinco mil eleitores. O seu movimento forense anual é de dois mil feitos judiciais e a sua receita tributária municipal é vinte mil vezes superior ao salário mínimo vigente na comarca da capital. A Comarca X, para a elevação de comarca à segunda entrância,</p> <p>(A) deveria possuir no mínimo trinta mil eleitores.</p> <p>(B) não possui o requisito essencial no tocante à população mínima.</p> <p>(C) não possui o requisito essencial no tocante à movimentação forense anual.</p> <p>(D) não possui o requisito essencial no tocante à receita tributária municipal.</p> <p>(E) possui todos os requisitos essenciais.</p>	<p>84. Apolo é desembargador do Tribunal de Justiça. Seus vencimentos, sem o cômputo das vantagens de caráter pessoal ou de natureza transitória, serão fixados por lei, em quantia não inferior aos vencimentos</p> <p>(A) dos Deputados Estaduais, nem superior aos do Governador de Estado.</p> <p>(B) do Governador de Estado, nem superior aos dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(C) dos desembargadores dos Tribunais Regionais Federais, nem superior aos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(D) dos desembargadores dos Tribunais Regionais Federais, nem superior aos dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(E) dos Secretários de Estado, nem superior aos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>85. Orfeu é desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro; Cratos é juiz de direito da 3ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro. As licenças de Orfeu e de Cratos serão concedidas pelo</p> <p>(A) Presidente do Tribunal de Justiça e Órgão Especial do Tribunal de Justiça.</p> <p>(B) Conselho da Magistratura e Órgão Especial do Tribunal de Justiça, respectivamente.</p> <p>(C) Órgão Especial do Tribunal de Justiça e Conselho da Magistratura, respectivamente.</p> <p>(D) Órgão Especial do Tribunal de Justiça.</p> <p>(E) Corregedor-Geral da Justiça.</p> <p>86. Leucósia, advogada militante na capital do Rio de Janeiro, pretende passar a virada de ano em Búzios, já que possui uma casa na praia de Geribá. Assim, consultou o Código de Organização e Divisão Judiciárias e descobriu que os prazos processuais ficarão suspensos no período compreendido entre</p> <p>(A) 20 de dezembro e 6 de janeiro, inclusive.</p> <p>(B) 20 de dezembro e 8 de janeiro, inclusive.</p> <p>(C) 23 de dezembro e 8 de janeiro, inclusive.</p> <p>(D) 18 de dezembro e 5 de janeiro, inclusive.</p> <p>(E) 18 de dezembro e 6 de janeiro, inclusive.</p>



87. Doroti, servidora pública civil do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, pretende viajar para a Grécia objetivando participar do casamento de sua melhor amiga. De acordo com o Decreto-Lei nº 220/75, o afastamento para o exterior, exceto em gozo de férias ou licença, dependerá, salvo delegação de competência, de prévia autorização do

- (A) Diretor-Geral de Administração e Finanças.
- (B) Secretário de Estado.
- (C) Corregedor-Geral da Justiça.
- (D) Chefe de Gabinete.
- (E) Governador do Estado.

88. Considere:

- I. Dois cargos privativos de médico.
- II. Um cargo de juiz com outro de professor.
- III. Dois cargos de professor.
- IV. Um cargo de professor com outro técnico ou científico.
- V. Dois cargos privativos de advogado.

De acordo com o Decreto-Lei nº 220/75, é vedada a acumulação remunerada de cargos e funções públicos, exceto quando houver correlação de matérias e compatibilidade de horários nas hipóteses indicadas APENAS em

- (A) I, III e IV.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) II, III, IV e V.

89. Jamiltom, funcionário público civil do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, é reincidente em falta já punida com repreensão. Neste caso, de acordo com o Decreto-Lei nº 220/75, no caso de reincidência em falta já punida com repreensão será aplicada a pena de

- (A) multa de até 50% dos vencimentos do servidor.
- (B) demissão.
- (C) repreensão escrita.
- (D) suspensão.
- (E) multa de até 50% do salário mínimo nacional vigente.

90. Aristóteles, 75 anos, Tibério, 72 anos, Platão, 67 anos, e Mônica, 62 anos, residem no mesmo Condomínio e todos os dias realizam tarefas destinadas ao grupo de terceira idade. Gabriela, estudante de Direito e moradora do mesmo Condomínio, analisando a idade dos integrantes do grupo e interpretando o disposto no Decreto nº 2.479/79, que aprova o regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Rio de Janeiro, descobriu que cargo em comissão não poderá ser ocupado por

- (A) Aristóteles, apenas.
- (B) Tibério e Aristóteles, apenas.
- (C) Tibério, Aristóteles e Platão, apenas.
- (D) Platão e Mônica, apenas.
- (E) Tibério, Aristóteles, Platão e Mônica.